

Em resumo

Secretas. Relatório pedido por AR

ACESSO A RELATÓRIO

Todos os partidos aprovaram ontem o requerimento do BE para a Assembleia da República (AR) ter acesso ao relatório dos serviços secretos realizado a pedido do primeiro-ministro sobre a lista dos telefonemas do jornalista Nuno Simas. O presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Fernando Negrão, afirmou que iria pedir o relatório com “urgência” ao gabinete de Passos.

FISCALIZAÇÃO

O PSD indicou o nome de Paulo Óscar Pinto de Sousa, um magistrado do Ministério Público do Porto, para o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República (SIRP). Após a saída da deputada Teresa Morais para o governo, o Conselho de Fiscalização funcionava apenas com dois membros: o presidente, Marques Júnior, e Pedro Barbosa. A eleição é feita hoje.

AUDIÇÃO

Está marcada também para hoje à tarde a audição de Marques Júnior sobre o relatório autónomo do Conselho de Fiscalização, depois da notícia sobre as secretas. As audições aos responsáveis do SIRP, Júlio Pereira, e do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED), Casimiro Morgado, ainda não foram agendadas. S. C.

Cavaco critica quem “olha para o lado” mas chumbou auditoria às contas públicas

João Duque viu o chumbo à auditoria com “medo do que se possa descobrir”. O futuro deu-lhe razão

Foi no final de Março, dias antes do pedido de ajuda ao FMI. Passos Coelho, líder da oposição, defendia uma auditoria externa às contas públicas para evitar surpresas no futuro – como tem sucedido –, mas Cavaco Silva travou essa intenção e obrigou o PSD a recuar “em nome do interesse nacional”.

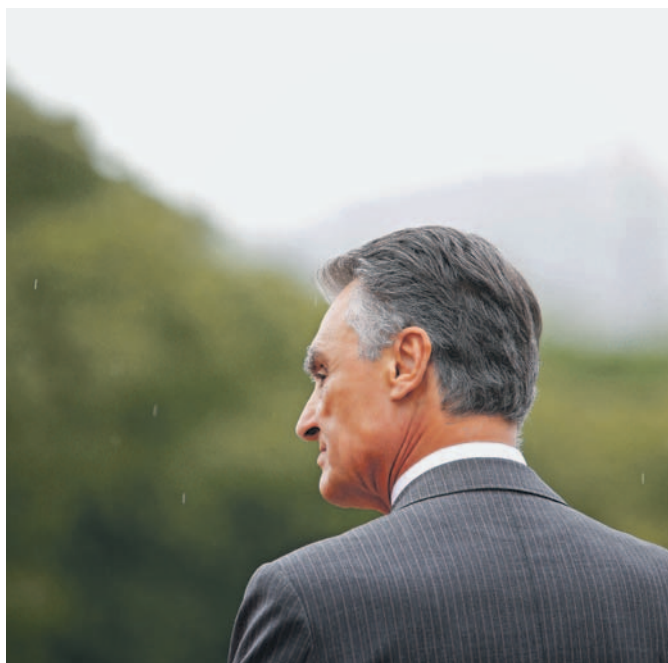
O “Expresso” avançou a 26 de Março que o Presidente da República deu voz à preocupação de que a descoberta de novos buracos iriam pôr Portugal ainda mais em xeque, tendo por isso reunido com Passos horas antes deste dar uma entrevista à SIC – 25 de Março –, para pedir que não insistisse numa auditoria.

O *i* confirmou na sua edição de 28 de Março, junto de fontes do PSD, o travão imposto pelo Presidente, que assim evitou a auditoria que iria dar a conhecer a verdadeira dimensão da crise portuguesa. Cavaco alegou a defesa dos interesses nacionais para que tal auditoria não fosse feita, o PSD concordou e recuou.

Mas nem todo o partido esteve de acordo. Nogueira Leite, por exemplo, referiu na altura que “o partido é livre de pedir toda a informação que considere necessária para saber qual é a verdadeira situação do país”. “Não se

pode aceitar a teoria de que, agora, a transparência é má”. Mas a tese de Cavaco venceu e os esqueletos só agora começaram a sair do armário. “Isto tem a ver com o medo do que se possa descobrir”, referia ao *i* de 28 de Março o economista João Duque. “Se forem encontradas situações de falseamento das contas, iríamos ver as taxas de juro disparar e iríamos sofrer cortes de rating”, explicou.

BURACO E O NATAL Volvidos seis meses deste episódio, e para quem ouviu a entrevista de Cavaco Silva esta semana, parece que tudo aconteceu ao contrário. À TVI, o Presidente criticou com veemência quem nada fez: “Os meus alertas e apelos, pelos vistos não foram ouvidos, ou alguém ouviu e olhou para o lado”, disse. Cavaco chegou mesmo a referir que as autoridades não podiam conhecer os números escondidos da Madeira, uma vez que resultaram de “dívidas feitas” em 2008 e não comunicadas. Uma eventual auditoria, como a feita pelo INE/BdP posteriormente, poderia desde logo tê-lo descoberto e permitido que um novo governo readaptasse o seu programa em função dos novos números. Ao invés, quando os esqueletos começaram a surgir, o executivo eleito acabou por responder à situação financeira, cortando o subsídio de Natal. À TVI, o Presidente disse ter sido “totalmente surpreendido” pelo buraco encontrado nas contas públicas. *Filipe Paiva Cardoso*



Cavaco diz que situação financeira foi ignorada

FILIPPE CASACA

Citações

Omissão das contas da Madeira “é uma situação grave. Não podia fazer mais”

“Já tinha falado numa situação explosiva. Pelos vistos os meus apelos não foram ouvidos, ou então alguém ouviu e olhou para o lado”

Cavaco Silva

PRESIDENTE DA REPÚBLICA, 29 DE SETEMBRO DE 2011

“Não se pode aceitar a teoria de que, agora, a transparência é má. O PSD é livre de pedir toda a informação que considere necessária para saber qual a verdadeira situação do país”

Nogueira Leite

CONSELHEIRO DO PSD, 28 DE MARÇO DE 2011

“Isto [evitar uma auditoria externa] tem a ver com o medo do que se possa descobrir”

“Se houver falseamento de contas, as taxas de juro disparam”

João Duque

PRESIDENTE DO ISEG, 28 DE MARÇO DE 2011

ERC. PS e PSD sem consenso sobre nomeações

Processo para escolha de nomes também não é consensual

PS e PSD ainda não chegaram a acordo quanto aos nomes que deverão integrar o órgão regulador dos media (ERC). Apesar do apelo da presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves, para que conseguissem um acordo ontem, PS e PSD não se entenderam quanto a nomes e quanto ao processo para a sua escolha. A entrega da lista com os quatro nomes propostos, deveria acontecer hoje, foi adiada para terça-feira.

“Ainda não se conseguiu chegar a um consenso quanto aos nomes sendo certo que isso não adia a eleição marcada para 14 de Outubro”, referiu ao *i* a vice-presidente da bancada do PSD, Francisca Almeida. “Neste momento não há ainda uma definição quanto a nomes”, disse ao *i* a vice-presidente da bancada socialista, Inês de Medeiros. Trata-se do quarto adiamento neste processo desde que terminou o mandato do actual conselho regulador da ERC, em Fevereiro deste ano.

Além disso, o PS garante que não há consenso sobre o processo da escolha de nomes e do presidente da ERC. “Não há consenso em relação ao processo. Como se escolhem as pessoas e o processo para a cooptação”, adiantou ao *i* o líder parlamentar socialista, Carlos Zorrinho. Após a entrega da lista, a comissão parlamentar de Ética procederá às audições dos candidatos, que serão depois sujeitos a votação. Os quatro elementos designados pelo PS e pelo PSD procedem então à cooptação do quinto elemento, o presidente da ERC.

A comunicação social tem avançado que o PSD quer para presidir ao órgão regulador, Carlos Magno, jornalista e professor universitário. “Lamentamos que estejam a ser colocados nomes na praça pública. Isso só prejudica a discussão transparente e cria ruído”, afirma Zorrinho. *Sónia Cerdeira*